

UERJ, DE ESCOLÃO À UNIVERSIDADE:

MOVIMENTO DOCENTE, CONGRESSO INTERNO E O PLANO DE CARREIRA (1985)

Carlos Eduardo Martins da Silva

Professor da Rede Estadual do Rio de Janeiro

Doutor em Políticas Públicas e Formação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: Este trabalho tem como objeto de investigação o trabalho e o movimento docentes na Uerj, no período de implementação do primeiro plano de carreira: 1985. A hipótese central é a de que o movimento docente foi fundamental para as mudanças realizadas na universidade, transformando-se de uma instituição do tipo “escolão” para uma das maiores universidades públicas brasileiras. Esta pesquisa partiu dos depoimentos concedidos pelos seus professores, entrelaçando memória individual, memória coletiva e a história da Uerj. A história do tempo presente permite uma visão singular para compreender as relações entre a ação voluntária, a consciência dos homens e os constrangimentos que as encerram e as limitam; uma narrativa rica para compreender o quanto o agir humano é o fundamento essencial da nossa concepção de história. Ao periodizar a história da universidade, optamos por realizar determinados cortes temporais, consubstanciados na relação entre a análise do objeto e sua conexão com o seu contexto histórico. O cenário dos sujeitos sociais participantes da pesquisa nos aproximou do conceito de experiência do historiador E. P. Thompson (1987), fundamental para recriar a dimensão humana do processo social.

Palavras-Chave: Trabalho Docente. Congresso Interno. Plano de carreira. Movimento Docente. Uerj.

UERJ, FROM “BIG SCHOOL” TO UNIVERSITY:

THE TEACHERS’ ASSOCIATION MOVEMENT, THE INTERNAL CONGRESS
AND THE CAREER PLAN (1985)

Abstract: This paper investigates the work and the association movement of teachers at Uerj during the implementation of the first career plan: 1985. The central hypothesis is that the teachers’ association movement was fundamental to the changes that took place at the university, transforming it from a “escolão” (big school) into one of the largest public universities in Brazil. This research was based on the testimonies given by its professors, interweaving individual memory, collective memory and the history of Uerj. The history of the present allows for a peerless view to understand the relationship between voluntary action, the consciousness of men and the constraints that enclose and limit them. It’s a rich narrative to understand how human action is an essential basis of our history conception. In periodizing the history of the university, we make temporal cuts based on the relationship between the analysis of the object and its connection to historical context. The scenario of social subjects participating in the research brought us closer to historian E. P. Thompson’s concept of experience (1981), which is fundamental to recreate the human dimension of social process.

Keywords: Teaching work. Internal Congress. Career plan. Teachers’ Association Movement. Uerj.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a trajetória histórica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro¹, no contexto de luta dos docentes da universidade e pretende colaborar para a compreensão do trabalho docente, do movimento associativo docente e das lutas sociais em torno da conquista do primeiro plano de carreira (1985).

O eixo central deste estudo são as reflexões sobre o trabalho docente e o movimento associativo, compreendendo que trabalho e movimento docentes se articulam em movimento, em ação. As memórias dos militantes desse período histórico são fundamentais para a compreensão dessa trajetória. No diálogo tenso e crítico com autores da perspectiva da nova história e da história cultural, trilhamos um caminho analítico que tem como chão teórico a história real feita por homens e mulheres concretos. O conceito de experiência descarta os modelos fictícios e estruturantes, que tiram de cena os agentes da transformação social e histórica. A atualidade dos estudos de Thompson (1981; 1987; 2001) se mostra central em nossa perspectiva, uma vez que o autor compreende as ações humanas e suas experiências como fundamentais para o desenvolvimento da história. Assim, entendemos que a (nossa) pesquisa está inserida na linha geral dos estudos do tempo presente.

Esse trabalho aponta as singularidades da redemocratização na universidade, os contornos da formação do movimento docente e o processo de constituição do trabalho docente, analisando o plano de carreira de 1985. O movimento docente é um instigante espaço organizativo dos lutadores contra hegemônicos. Salientamos, ainda, o caráter popular dessa universidade, uma das primeiras na introdução do ensino noturno e do sistema de cotas.

Trabalho docente, Congresso interno e Plano de carreira (1985)

A categoria docente da Uerj, dentro do contexto da redemocratização, assim como professores das redes públicas do ensino básico, metalúrgicos, bancários, petroleiros, começaram a se reorganizar e iniciaram intensas mobilizações por salário, condições justas de trabalho, defesa da democracia, direitos políticos e sociais. Nesse contexto,

O ressurgimento do movimento operário, silenciado desde abril de 1964, indicava a emergência

de uma nova liderança, apoiada nas comissões de fábrica e comandos de greve, que pregava a autonomia sindical e que não estava comprometida com os limites impostos pela estrutura sindical herdada do primeiro governo Vargas. Esse “novo sindicalismo”, termo pelo qual ficou conhecido, propunha-se a conquistar melhores salários e condições de trabalho, lutar pela organização e mobilização dos trabalhadores, conquistar o direito de greve, estabilidade, estabelecer o diálogo direto entre patrões e empregados, sem a ingerência do Estado. Foi no decorrer dessas lutas, que ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e o ressurgimento das Centrais Sindicais. (LUCA, 2012, p. 487)

No interior dessa dinâmica, os professores universitários também se articulavam, organizando-se e fundando as suas associações docentes (ADs) por todo o país, modificando o contexto das universidades, fundamentais, nesse contexto, para a ampliação do campo do debate público sobre política.

Nesse período, o setor que mostrou maior capacidade de mobilização e organização de lutas em prol da universidade foi o dos docentes. Na segunda metade da década de 1970, começaram a surgir combativas associações docentes em várias das IES, principalmente nas públicas. (MINTO, 2014, p.293)

Muitas dessas associações foram fundamentais para a organização de uma associação nacional docente, que surgia nesse movimento nacional mais amplo de reorganização social. Assim, a fundação das ADs potencializou a fundação da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), em um contexto marcado pela reorganização da sociedade civil. O movimento de criação do sindicato nacional docente foi precedido por uma greve nacional dos professores das universidades federais. A Andes, portanto, foi criada no fogo da luta de classes.

Nesse período, muitas reivindicações dessa categoria foram sendo fermentadas em mobilizações cada vez mais expressivas e, no final da década, a categoria fez da greve um instrumento de luta fundamental.

A primeira delas, de abrangência nacional, ocorreu entre 16 de novembro e 11 de dezembro de 1980, precedendo inclusive a fundação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). (MINTO, 2014, p. 293)

No caso da Uerj, a sobrevivência intelectual dos professores advindos da resistência democrática, a produção acadêmica diferenciada do Centro Biomédico e os grupos resistentes que se mantinham vivos dentro da universidade possibilitaram a idealização e construção do movimento docente que surgia lutando para construir uma (verdadeira) universidade.

Em compasso com a reorganização da sociedade civil, a partir de finais dos anos 70, o movimento organizado de professores, alunos e funcionários desta universidade constitui-se num dispositivo fundamental para as transformações ocorridas na instituição. Não foi o único polo irradiador das mudanças, mas foi o espaço inicial para reaglutinação de grupos, que até então se mantinham críticos, mas isolados nas unidades. (MANCIBO, 1996, p. 217)

A organização do movimento docente e esse encontro entre o associativismo, a vontade de desenvolvimento científico-acadêmico do Centro Biomédico em um contexto de retorno “democrático” na sociedade brasileira, sob determinado ponto de vista, gerou certa circularidade cultural, criando condições para um novo impulso dentro da universidade. Nesse contexto, a relação entre os micropoderes no Centro Biomédico e os militantes docentes podem nos auxiliar a pensar o desenvolvimento do movimento associativo. Essa relação é indicada por um ex-presidente da associação docente:

Eu caracterizaria como quatro pessoas (Américo Piquet Carneiro, Jayme Landmann, Ítalo Suassuna e Roberto Alcântara Gomes), que tinham em comum a qualidade acadêmica, a preocupação com o mérito na universidade, valorizando sobremaneira o papel da pós-graduação e da pesquisa. Formavam a expressão acadêmica de uma Uerj mais progressista. Ocorreram divergências entre a posição mais avançada de um Américo Piquet Carneiro e Roberto Alcântara, depois superadas. Cada qual tinha sua área e suas qualidades acadêmicas. Politicamente, todos os quatro representavam, a meu ver, a Uerj que brotava timidamente no Centro Biomédico. A Asduerj criou condições para essa transformação, para que uma verdadeira universidade desabrochasse, sem desprezar suas qualidades anteriores. (Entrevista com o prof. Ricardo Santos realizada em 02 de abril 2012)

Assim, a luta por um plano de carreira que organizasse a carreira docente em um modelo

baseado na isonomia de carga horária e salarial aglutinou a categoria docente em torno de um eixo de mobilização, conseguindo desenvolver ações pela reorganização da carreira docente em um patamar superior de organização do trabalho até então conhecido na universidade. Um plano comprometido com a formação de uma mentalidade acadêmica.

Essa luta levou à conquista do primeiro plano de carreira na Uerj, em 1985, o que transformou fundamentalmente a universidade, pois garantiu a universalização dos salários para todos, de acordo com o regime escolhido (20h e 40h), e possibilitou que os docentes, que aderiram ao regime de 40h, adotassem parte da carga horária para a introdução de projetos de pesquisa e de extensão, algo absolutamente novo na Uerj, pois os dirigentes universitários, até esse momento, concentravam as suas energias no processo de constituição patrimonial da universidade.

O plano de 1985 indicava, pela primeira vez, uma mudança de mentalidade em relação aos investimentos dentro da universidade, operando uma transformação em relação ao que tinha acontecido durante a ditadura empresarial-militar, quando o investimento, como mencionei, era pautado pela lógica patrimonialista.

O funcionamento da universidade até a implantação deste Plano de 85 caracterizava-se pela total falta de investimento nos docentes. Essa marca é constantemente citada pelos conselheiros, na discussão do plano de 1985, sendo entendido, também que a instituição tinha uma dívida a ser paga para com todos aqueles que trabalharam com afincamento para o “engrandecimento” da Uerj. (LOPES, 2006, p. 80)

O raciocínio desenvolvido acima nos auxilia a pensar que, até a elaboração da Resolução n. 527/85, as atividades da universidade estavam concentradas no ensino e, em poucas unidades, na pesquisa e extensão, como já nos indicou Mancibe (1996), ao fazer referência às unidades do Centro Biomédico. O plano de carreira de 1985 consolidava, por um lado, a mudança de mentalidade no interior da universidade e indicava, dentro de uma nova perspectiva, uma associação entre ensino, pesquisa e extensão. Esse tripé fundamental para a construção de uma universidade, comprometida socialmente e referenciada academicamente,

marca, ainda que de forma limitada, a elaboração dessa resolução.

No título I – Do corpo docente, esse plano indicava:

Art.1º - A organização do corpo docente da Uerj obedecerá ao princípio da carreira unificada, observada a articulação das atividades de ensino, pesquisa, administração e serviços técnicos.

Art.3º - As atividades dos integrantes da carreira do magistério compreenderão as seguintes atribuições:

- a) ensino em qualquer nível e grau;
- b) pesquisa;
- c) extensão à comunidade dos benefícios advindos do ensino e da pesquisa;
- d) administração, direção, assessoramento ou prestação de serviços técnicos em órgãos e unidades da Uerj.

§1º - o tempo de serviço prestado pelo docente em qualquer das funções mencionadas neste artigo será considerado, para todos os efeitos, de efetivo exercício do magistério. (Resolução n. 527/85)

O referido plano do magistério da Uerj (1985) compreendia quatro categorias que conformariam a carreira de acordo com o nível de titulação: professor auxiliar, para o portador de diploma de curso superior de graduação; professor assistente, para o portador do título de mestre; professor adjunto, para o portador do título de doutor; e professor titular que seria preenchido por concurso público de títulos e provas.

Por um lado, a inserção da titulação para ascensão na carreira era uma vitória que consolidava a lógica da universidade por incentivo na formação acadêmica e garantia a fundamental inclusão, no plano de carreira, da lógica pública de ingresso na carreira do magistério da universidade, ou seja, somente através da realização de concurso público, o docente seria contratado para exercer o seu papel no magistério da universidade.

O ingresso por via de concurso público, fruto da luta democrática e democratizante por uma nova sociedade e universidade, garantiam, *a priori*, critérios ético, impessoal e imparcial para a composição do corpo docente da universidade, rompendo com a marca do paternalismo e do clientelismo típicos do período autoritário nas universidades brasileiras.

O referido documento indicava esse embate de concepções e, portanto, de ações em torno das

concepções de carreira e, conseqüentemente, de universidade. Nesse sentido, chamo a atenção para as reflexões do pesquisador Luciano Mendes de Faria Filho (2008), quando afirma que,

Em segundo lugar, exponho uma das questões que está no âmago desta análise: a lei como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais. Aqui destaco tanto o caráter de intervenção social subjacente à produção e à realização da legislação escolar, quanto o fato de ser a legislação, em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais. (p. 259)

Filho da transição *novo-velho* e de todas as contradições da transição à brasileira, o primeiro plano de carreira possibilitou, contraditoriamente, o enquadramento por duas vias: por mérito acadêmico, segundo o critério de titulação do docente (mestrado/doutorado) – defendido pela Associação de Docente; e por tempo de serviço, dentro da lógica da velha universidade.

Fica claro, em nossas reflexões e análises, o quanto esse plano de carreira do magistério da Uerj (Resolução n. 527/1985), representava no plano das normas jurídicas, o conflito de mentalidades e de lutas sociais, presentes na universidade, entre o novo e o velho e as contradições sociais, políticas e culturais decorrentes desse histórico processo.

Na Uerj, se a dedicação exclusiva ainda não brotava no plano de 1985, apesar de todo o debate realizado nas universidades federais, a universidade estadual vivia uma transição bastante específica, na qual seu plano de carreira contraditório ainda previa o enquadramento por tempo de serviço. O movimento associativo elaborou duras críticas ao que se referia a esse enquadramento. O pensamento do professor José Eustáquio Bruno, ex-presidente da associação de docentes nesse período histórico, é bastante significativo.

[...] Porque naquela época, por exemplo, ainda se discutia a questão de carreira relacionando com o tempo de serviço, e houve um reajuste que os professores tiveram uma ascensão na carreira por tempo. [...] Ela (a Asduerj) reclamava daquilo, ela achava que a carreira devia ser feita como é feita nos moldes de hoje de mestrado, doutorado, de defesa de tese. (Entrevista realizada em 1º de maio 2012)

É importante abordar a complexidade do plano de carreira de 1985. Segundo a pesquisadora

Márcia Lopes (2006), esse contraditório plano é muito importante para pensar a universidade, pois ele reconheceu a “dívida” da universidade com o conjunto da categoria docente, que lecionava durante o período histórico no qual imperava a lógica patrimonialista:

Diferente do plano de 1991, o que caracteriza o Plano de 1985 – abertamente admitido pelos conselheiros de então – é a valorização e o reconhecimento que dá ao trabalho do professorado mais antigo da Uerj, que, por muito tempo, trabalhou com muitas dificuldades e sem ter oportunidade de se qualificar ou, como em poucos casos, qualificou-se com muito esforço, sem qualquer incentivo da instituição. (p. 80)

A possibilidade de qualificação, tão ausente na cultura institucional da universidade, durante a ditadura empresarial-militar, ganhou novos desenhos com a redemocratização, e essa guinada “republicana” se fez presente e estava “indicada de maneira geral” no novo plano de carreira. Essa indicação legal abria a brecha necessária no interior do sistema universitário para o desenvolvimento do estudo e qualificação do corpo docente e, interessante, esse novo elemento de qualificação da categoria docente, essa “brecha”, deveria ser normatizada pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEP). Se por um lado, não adicionava, literalmente, em suas linhas, as normas e regras para o tempo livre necessário à qualificação do corpo docente, por outro lado, instalava, formalmente, a necessidade de debate, *a priori*, democrático na universidade para o aperfeiçoamento acadêmico da categoria docente.

A resolução indicava o órgão (CSEP) que teria condições necessárias para elaborar e implantar esse processo de afastamento docente, para estudo em outras instituições universitárias.

Art. 69 - O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa estabelecerá normas que disciplinem o afastamento para fins de aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira, incluindo as durações máximas admissíveis a sistemática de prorrogações e de aperfeiçoamento e os compromissos a serem assumidos pelo professor beneficiado. (Resolução n. 527/85)

A significativa inclusão do direito à licença para a participação em eventos e congressos, na

normatização elaborada no plano de carreira, demonstrava uma mudança na concepção da vida acadêmica universitária. Ao incluir tal artigo, demonstrava-se a importância da nova mentalidade em luta no interior da Uerj.

Art. 70 – Para cumprimento de missão científica ou cultural, no país ou no exterior, com duração igual ou inferior a 30 (trinta) dias, o docente deverá solicitar autorização de afastamento ao respectivo diretor, mediante a apresentação de documentação que caracterize o interesse da unidade em sua participação no evento, bem como parecer favorável do departamento a que esteja vinculado. (Resolução n. 527/85)

Percebemos, na trajetória histórica da universidade, algumas tentativas, ainda que limitadas e sem o apoio do poder público, de incentivar a qualificação docente e a melhoria da composição salarial.

Ao tecermos algumas reflexões sobre a consolidação de uma lógica republicana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, percebemos a necessidade de tratar desse processo em sua relação entre o plano de carreira de 1985 e a departamentalização da universidade. Acreditamos centralmente na tese relacional entre o espaço universitário e a totalidade social que o abraça e o cerca.

Nessa lógica de reflexão histórica, entendemos que para desenvolvermos esse diálogo entre micro e macro, um interessante marco cronológico, seria a reforma universitária de 1968, pois ela foi um ponto importante de inflexão e de transformação da estrutura universitária.

Na aparência, a reforma parecia um processo de “democratização” do ensino superior, porém, a essência apontava para outros elementos. O regime empresarial-militar impôs a departamentalização da universidade brasileira dentro de um contexto de controle social, político e ideológico da instituição, em acordo com a lógica autoritária do regime vigente.

A departamentalização foi a primeira modificação importante, implantada nas universidades, com o objetivo de permitir democratizar a universidade, através da extinção das cátedras e a maior participação dos docentes nas decisões de cunho acadêmico e administrativo da instituição, mas, na realidade, somente permitiu reunir todas as disciplinas afins, num mesmo departamento e

assim os cursos passaram a ser oferecidos a um maior número de alunos numa mesma sala, com um mesmo professor, diminuindo os gastos da universidade e facilitando o controle administrativo e, principalmente, ideológico dos docentes e alunos da universidade, um fator de interesse e de grande preocupação do governo militar da época. (ALVES, 2005, p.23)

Com o processo de redemocratização da sociedade e das lutas sociais em desenvolvimento na sociedade, as universidades passam a receber novos estímulos por parte dos novos agentes sociais em desenvolvimento. Fruto desse processo de redemocratização da vida política na sociedade brasileira e universitária, os departamentos e os conselhos departamentais ganharam corpo, ganharam vida orgânica.

Os departamentos passaram, sob a vigência do Estado democrático de direito, a ser o espaço de diálogos e debates sobre a vida da universidade. Sobre a importância do departamento, a professora Inalda Pimentel elabora uma instigante reflexão, entrelaçando a ideia central do departamento à democracia universitária.

Eu acho que, primeiro, a minha concepção de democracia na universidade, ela não está desligada da minha concepção de democracia, do que a gente pensa de ideário democrático, que é a questão da participação. Que é a base. Não é a questão da eleição em si do reitor que vai me dizer se a universidade é democrática, ou a eleição do diretor de unidade. Não é isso. Que atitudes você tem a partir disso? Quais as atitudes que o sujeito tem a partir disso? Você, do pequeno, pensar numa chefia de departamento que não resolve as coisas sozinhas, que depende de reunião de departamento, que depende não, necessita da reunião de departamento, porque o meu pensamento sozinho é muito pequeno. Ele só se torna grande, quando eu consigo compartilhar esse pensamento com outras pessoas, até porque isso faz parte do que a gente chama de dialética marxista. Um mais um é sempre maior do que dois. Aquilo que eu digo mais aquilo que você diz, aí eu reflito em cima do que você diz e falo com você. E isso vai num crescente, quanto maior o número de pessoas, mais difícil de fazer. Mas por outro lado, o resultado final é sempre muito melhor. Então, eu vejo a questão da democracia exatamente nesse sentido, de uma estrutura, de um discurso dialético marxista, marxiano. O pessoal gosta mais de usar marxiano hoje em dia. (Entrevista com a professora Inalda Pimentel realizada em 03 de fevereiro 2018)

Os (micro) poderes ganharam voz ativa na vida universitária e em suas relações com os (macro) poderes na universidade (Reitoria). As reuniões de departamento eram fundamentais para o primeiro grande diálogo na universidade possibilitando o pensar coletivo. Esse processo adquiria cores fortes em diversos parágrafos do novo plano de carreira. Foi um marco importante, se pensado em diálogo com o período anterior, autoritário e centralizador, em que todo o poder ascendia e descendia do poder da Reitoria e Sub-Reitorias, em que não havia diálogo entre os micropoderes e macropoderes, no que tange às deliberações fundamentais na vida universitária.

Nas deliberações anteriores, ficava claro que não havia espaço para o “exercício de poder” pelos departamentos e conselhos departamentais, relativo, por exemplo, à carreira de magistério na Uerj. O poder, nesse processo, ainda que com limitações, desceu ao chão da universidade. Assim, começou a ter um papel ativo para a circularidade cultural, em um momento da vida política no qual a sociedade e a universidade contavam com certa “liberdade de pensamento e ação”.

Sabemos que toda norma é uma relação de mediação entre pensamentos, concepções e ações e é, também, espaço de concretização da regulação da vida social. A perspectiva do novo se coloca na vida universitária e, durante a década de 1980, a Uerj estava em pleno processo de transformação e efervescência. Sobre a conquista de direitos, apresentamos uma importante reflexão:

A partir dessa condição histórica, estabelece-se, no seio da sociedade capitalista, um duplo sentido dos direitos: o direito como expressão da classe burguesa, que é formal e limitado ao direito civil, na garantia da propriedade e do bom andamento das relações produtivas, e o direito como conquista, na expressão dos direitos sociais, fruto da luta histórica da classe trabalhadora. (PALUDO, 2014, p. 113)

Nesse período histórico, para além das lutas por direitos trabalhistas e sociais, em consonância com os movimentos da sociedade civil organizada, na universidade, os movimentos sociais exigiam eleições livres e diretas. Nesse momento de redemocratização, realizaram-se duas eleições diretas (1983 e 1987) para a Reitoria. Assim, a Uerj foi pioneira no processo democrático de eleição,

com a constituição do primeiro processo eleitoral (1983) em uma universidade pública brasileira. Na ocasião, a vitória eleitoral da chapa dos progressistas: Hésio Cordeiro (Medicina Social), protegido de Américo Piquet Carneiro, e Ivo Barbieri (Letras), ex-presos político e torturado, ambos fundadores da Associação de Docentes.

Nessa eleição, o então governador Leonel Brizola (PDT) não indicou os eleitos para os respectivos cargos de reitor e vice-reitor, indicando o derrotado e 4º lugar na consulta realizada ao colégio eleitoral com participação dos três segmentos da universidade. De forma autoritária, o governador Leonel Brizola, democraticamente eleito, rompia formalmente com o seu discurso democrático e indicava para o cargo de reitor o professor da Faculdade de Odontologia, Charley Fayal de Lyra.

Frente a esse processo de desrespeito ao processo eleitoral e autoritarismo de um governador eleito democraticamente, a comunidade universitária organizou uma série de lutas e mobilizações pelo respeito ao processo democrático na universidade e a sua autonomia. Fruto desse processo, o então governador trabalhista acabou indicando para o cargo de vice-reitor, o eleito Ivo Barbieri. Essa inusitada “composição” instalava na universidade uma gestão que assinalava exatamente as contradições do momento vivido na sociedade: um governador exilado e democraticamente eleito usava das reminiscências do poder autoritário, advindo do regime ditatorial, dados ao cargo de governador e, desrespeitando o clamor da sociedade civil por respeito à autonomia universitária, indicava para a reitoria o quarto colocado no processo eleitoral de 1982 e, ao mesmo tempo, para vice-reitor, o eleito.

Essas contradições demonstravam o quanto, na sociedade fluminense e na universidade, ainda imperava a transição velho-novo. O novo reitor foi indicado e empossado de acordo com o velho método: autoritário e arbitrário. O vice-reitor, eleito democraticamente, somente seria indicado e empossado pelo governador, após a luta democrática desenvolvida pelos segmentos sociais da universidade em defesa da sua autonomia e respeito ao processo eleitoral.

Por outro lado, foi a primeira e última indicação de reitor que não respeitou o processo eleitoral. Para pensarmos sobre essa traumática composição e a importância histórica dessa contraditória interven-

ção, devemos levar em consideração e análise a emblemática vitória que a universidade conquistou com a luta por sua autonomia eleitoral. Tão traumática foi a intervenção de Brizola, que nunca mais um governador tentou realizar tal intento. Esse processo contraditório foi fundamental para a garantia legal da liberdade de escolha do reitor e vice-reitor pela comunidade universitária. Essa conquista é apontada, ontem e hoje, como uma vitória da comunidade universitária, como menciona professor Bruno Deusdará: “Mas acho que uma vitória da universidade é não ter lista tríplice, o reitor eleito pela universidade é o reitor nomeado” (Entrevista realizada em 18 de janeiro 2018).

Contradições que possibilitaram um avançar da lógica republicana e democrática na universidade. O novo reitor, não eleito pelo processo democrático, ao iniciar seu mandato, de forma contraditória ao seu processo de escolha individual para o cargo de reitor, por jogada política, iniciou o processo de convocação do I Congresso Interno da Uerj. Assim, o indicado Charley Fayal, politicamente, atendia ao chamado da comunidade, de acordo com o movimento de redemocratização da sociedade e da universidade, atendendo às pressões das mobilizações por democracia interna e externa. Uma jogada política republicana frente a sua indicação autoritária. O economista e ex-aluno da universidade que participou ativamente desse processo indica:

Desde o momento em que foram frustradas as eleições para reitor de 1983, a comunidade percebeu que sem discutir a Uerj profundamente, todas as tentativas de democratizá-la e modernizá-la seriam em vão. Logo após a sua posse, o reitor Charley Fayal se empenhou para tornar realidade a primeira autocrítica que a universidade iria fazer em toda a sua história, expedindo o Ato Executivo nº 1.354, de 5 de abril de 1984, delegando ao vice-reitor Ivo Barbieri a tarefa de coordenar e realizar o “I Congresso Interno da Uerj”. (RAMADON, 2014, s/p)

A ocorrência do primeiro congresso da universidade, politicamente, desfocou a luta no interior dessa instituição pela defesa da autonomia, por ora ferida pelo governador Leonel Brizola, para o debate sobre as suas questões internas, seu projeto, concepção de poder e desenvolvimento. Por outro lado, possibilitou um avanço no debate interno e um avanço das relações republicanas.

Foram cinco meses, de maio a setembro, de intenso trabalho preparatório, com o congresso, servindo, inclusive, para que se fosse colocado em segundo plano, a frustração pela nomeação de Charley Fayal e o cancelamento das eleições diretas. Nesse período, intelectuais ou não, se debruçaram sobre suas máquinas de escrever, dirigindo suas ideias para os temas: objetivos e fins da universidade, subdivididos em gerais, ensino, pesquisa e extensão; o poder na universidade; e a gestão na universidade. (RAMADON, 2014, s/p)

O referido congresso interno trabalhou suas propostas em alinhamento a três eixos: objetivos da universidade, o poder na universidade e gestão na universidade. As principais propostas aprovadas ao final do processo de debates no congresso foram importantes no eixo do estabelecimento da democracia na universidade e na possibilidade de levar à frente o debate sobre a vida funcional docente. Sobre a reorganização da categoria docente, o congresso indicava a maior mudança possível, ao preparar o caminho para a apreciação e elaboração do plano de carreira de 1985, já citado anteriormente por nós. Se o Plano de Carreira de 1985 é filho desse congresso, o I Congresso Interno da Uerj é filho das lutas internas por democracia e da contradição aberta pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e sua política conservadora e intervencionista na universidade.

O processo histórico na instituição, nesse período, indica que ela teve a possibilidade de avançar em sua reelaboração e consolidar o debate democrático como fundamental para formação de uma nova Uerj. As contradições vividas pela universidade possibilitaram uma ação de avanço republicano dentro dela.

Nesse sentido, o próprio vice-reitor Ivo Barbieri, em entrevista ao jornal *O Globo*², afirmou que “a partir desse Congresso, a Uerj começou, de fato, a ser uma universidade”. Essa visão do vice-reitor contempla, em parte, uma visão consequente com a realidade da universidade à época.

Um novo tempo estava sendo construído, gestado pelas múltiplas relações entre o tempo da agora uerjiana e os tempos múltiplos indicados por vários pensadores na arena das ciências do homem. Tempo novo, socialmente novo, politicamente “novo”, de lutas e contradições, humanamente novo, em uma “nova” instituição. Uerj em trans-

formação. Como nos ensina Castanho (2010): “É por isso que (Norbert) Elias diz que o conceito de tempo é inseparável da instituição social que o acompanha e também que ele se transforma com a evolução dos acontecimentos que pontuam a existência social” (p. 61).

A universidade caminha, um novo tempo se aproxima, aponta para um novo amanhecer. Assim, “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro” (THOMPSON, 1981, p. 58).

(IN)Conclusão Provisória

A luta em torno do projeto de plano de carreira iniciada na década de 1980 e a consolidação de um projeto de jornada de trabalho em tempo integral, aspectos que concretizariam uma instituição voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão adquirem no processo histórico de constituição das universidades brasileiras um elemento central no processo de conformação dessa importante instituição social. A primeira grande greve (1980) docente foi fundamental para a consolidação associação docente, a Asduerj, enquanto entidade representativa da categoria docente, no momento que a universidade contava com uma disputa política entre dois campos de visão no seio do movimento sindical com a existência simultânea de duas associações: Asduerj e Apuerj. A experiência coletiva desenvolvida no processo de lutas durante a greve docente possibilitou a construção de uma identidade social própria. Se antes era um conjunto de “meros” professores isolados em suas respectivas unidades, agora cria-se uma perspectiva social para vir a ser uma categoria capaz de se autoconstruir docente (professor-pesquisador) e de criar efetivamente uma universidade. Da fundação da entidade representativa (1979) até a implementação do primeiro plano de carreira (1985), o movimento associativo docente capitaliza a insatisfação com o modelo de escolão e torna-se o centro dinâmico da luta pela construção de uma universidade.

No caso da Uerj, o primeiro plano de carreira foi fundamental para a consolidação da ideia de universidade. De escolão à universidade, o plano de carreira de 1985 foi fundamental para a superação da universidade pautada pelo regime de CLT. Um impulso ao novo tempo. Tempo idealmente marcado pelo ensino, pesquisa e extensão. Uerj vive, viva a Uerj!

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho / Giovanni Alves. – Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Práxis)

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Fazer História da Educação com E.P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: _____ (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 239-256.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. *Produção e/ou produtividade: discutindo o trabalho na universidade*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUCA, Tânia Regina. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.469-493.

MANCEBO, Deise. *Uerj: da gênese aos compromissos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

_____. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. P.75-92.

_____. (2012). À parte - Trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995 - 2008) e efeitos de subjetivação. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, (26), 137–152. Acesso em: 30 set 2024.

_____; SILVA JÚNIOR, J. R; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. São Paulo: Alínea, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PALUDO, Conceição. Contribuições do materialismo histórico-dialético para o entendimento da política pública social na atualidade. In: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). *O método*

dialético na pesquisa em educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 99-130.

RAMADON, Luís Fernando. *UERJ: uma história apaixonante*. Disponível em: <<http://lframadon.sites.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 ago 2012; e em: <<http://www.accamtas.com.br/2017/01/uerj-uma-historia-apaixonante.html>>. Acesso em: 18 agosto 2024.

_____. Primeiro Congresso Interno da Uerj. 2014. Disponível em: <<http://www.eng.uerj.br/noticias/1407985774>>. Acesso em: 30 setembro 2024.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa. Vol. II. A Maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa. Vol. III. A força dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Entrevistas

Entrevista com o prof. Ricardo Santos realizada em 02 de abril 2012

Entrevista realizada professor José Eustáquio Bruno em 1º de maio 2012

Entrevista com a professora Inalda Pimentel realizada em 03 de fevereiro 2018

Notas

A atual Uerj já teve quatro denominações: (1) Universidade do Distrito Federal (UDF), de 4/12/1950, com a Lei nº 547 que a criou, a 16/06/1958, data da Lei 909, que modifica a legislação vigente e modifica seu nome; (2) Universidade do Rio de Janeiro (URJ), da data apontada anteriormente até 18/08/1961, quando o Decreto Federal nº 51210 alterou sua denominação, em função da criação do Estado da Guanabara; (3) Universidade do Estado da Guanabara (UEG) de 1961 a 11/04/1975, data do Decreto-Lei nº 67, que novamente mudou seu nome, em função da fusão do antigo estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro e (4) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) de 1975 até a presente data (MANCEBO, 2006).

²*O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1984.